

Futuro governo enfrentará mais obstáculos ao crescimento

Claudia Safatle

De Brasília

O futuro presidente assumirá o país com as contas externas muito melhores do que estavam em 2001, uma situação fiscal bem mais delicada do que a daquele ano, prognóstico de inflação maior mas ainda dentro da meta, taxa de câmbio depreciada e juros elevados. Como consequência desse conjunto, baixa taxa de atividade econômica que deverá representar crescimento de 1,4% do Produto Interno Bruto para este ano. Assume, ainda, com um compromisso básico, que foi a tônica de toda a campanha sucessória: fazer o país crescer. As projeções mais realistas apontam para um crescimento de 3% no próximo ano.

Os cenários mostram, ainda, uma economia internacional deprimida, distante das exuberantes performances da década de 90 e sob o risco de um novo ciclo recessivo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) rebaixou as previsões de crescimento mundial para 2003, passando de 4% que constavam do relatório de abril para 3,7% agora. Os EUA crescerão apenas 2,6%, na avaliação do FMI. A área do euro mantém-se próxima à estagnação. Isso representa, como consequência, uma eventual desaceleração do crescimento do comércio mundial, que em 2002 deverá aumentar apenas 2,1%, percentual modesto em comparação com o crescimento de 12,6% no volume de comércio em 2000. A esse panorama juntam-se a incerteza em torno dos efeitos de um ataque americano ao Iraque e os efeitos de uma guerra no Golfo Pérsico sobre os preços do petróleo, que têm apresentado alta volatilidade.

Se o mundo não anda nada bem, fica difícil contar com uma recuperação do fluxo de recursos externos para países emergentes. O encolhimento da disponibilidade de crédito externo para o país este ano fez o governo passar por um mal pedaço. As taxas de rolagem de empréstimos para o país, que em períodos de normalidade excedem 100%, chegaram

a apenas 15% em julho, tiveram uma ligeira recuperação nos últimos meses e a expectativa do Banco Central é de que fiquem, até dezembro, em torno de 48%, o que não evidencia conforto. As linhas de crédito ao comércio externo minguaram e a esperança é de que melhorem em 2003.

Se as notícias são desanimadoras, há pelo menos um aspecto positivo nesse processo: o endividamento externo está caindo e os pré-pagamentos de empréstimos e as recompras de papéis da dívida externa resultarão em menor necessidade de amortizações para 2003.

A situação adversa no mercado internacional e as enormes ansiedades domésticas frente ao processo sucessório acabaram produzindo uma sobredepreciação da taxa de câmbio que está fazendo um serviço importante: reduzindo rapidamente a "vulnerabilidade externa" da economia brasileira. O presidente eleito já receberá boa parte dessa tarefa feita. O déficit em transações correntes do balanço de pagamentos despencou de US\$ 23,21 bilhões em 2001, ou 4,61% do PIB. A previsão para o ano é de US\$ 14 bilhões, equivalente a 2,85% do PIB. Para 2003, segundo o BC, o déficit poderá cair para US\$ 12,8 bilhões, ou 2,45% do PIB. Isso, para um superávit comercial de US\$ 9 bilhões este ano e de US\$ 12 bilhões em 2003.

Mesmo em situação difícil, as contas externas do ano que vem já estão financiadas, usando ou não os US\$ 24 bilhões do FMI. Para 2004, a questão externa é uma incógnita e não será surpresa se o novo governo tiver de renovar o acordo com o fundo, que termi-

na no final de 2003, para obter mais recursos externos caso o afluxo de capitais não melhore.

Já do lado fiscal as coisas ainda são bastante incertas. O superávit primário este ano foi por duas vezes aumentado — para fazer frente ao crescimento robusto da dívida líquida do setor público como proporção do PIB — saindo de 3,5% do PIB para 3,75% e, no novo acordo com o FMI, passou para 3,88% do PIB. Ou seja, o setor público como um todo comprometeu-se a gerar, neste ano, um saldo de R\$ 50,3 bilhões para amortizar parte da dívida pública.

No acordo com o FMI, a meta de superávit para 2003 é de R\$ 41,9 bilhões, que equivaleria a 3,75% do PIB. Mas no início de novembro uma missão técnica do fundo desembarcará no país para fazer a primeira avaliação do cumprimento dos critérios de performance até setembro. Há fortes indícios de que já nesta fase o FMI rediscutirá a meta de superávit primário para 2003, com representantes do presidente eleito.

A probabilidade de o fundo não exigir mais superávit fiscal está diretamente ligada ao comportamento da taxa de câmbio. Se, depois das eleições, o câmbio começar a ceder, devolvendo ao Tesouro uma boa parte do aumento no estoque da dívida líquida, ótimo. Mas se, ao contrário, continuar nervoso à espera da posse do presidente e seus ministros e das primeiras medidas concretas, dificilmente os 3,75% do PIB serão suficientes. É provável que um reforço fiscal seja necessário para garantir que a dívida pública é administrável, pagá-

vel, afastando completamente qualquer temor de default.

Um dos primeiros desafios do novo presidente, ainda no campo fiscal, será tentar recompor as receitas tributárias da União para não ser obrigado a fazer um profundo corte nas despesas logo no primeiro ano de mandato. Isso, se a meta de superávit for mantida em 3,75% do PIB.

Na proposta orçamentária para 2003, as receitas da União (exceto as da Previdência Social) foram estimadas em R\$ 251,3 bilhões, o que significa um crescimento nominal de apenas 2,7% em relação às receitas deste ano, de R\$ 244,7 bilhões. Como o orçamento foi elaborado com base numa previsão de inflação média (IGP-DI) de 7,39% em 2003, as receitas previstas representam, portanto, uma queda real de 4,4%, em relação a este ano.

Para compor o superávit de 3,75% do PIB o governo central

(Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência) terá que produzir um saldo de R\$ 30,7 bilhões em 2003 — equivalente a 2,25% do PIB. A retração real das receitas, segundo o projeto de lei orçamentária que está no Congresso, será contrabalançada por cortes nas despesas. Estas foram fixadas em R\$ 150,2 bilhões, cifra que representa aumento nominal dos gastos de apenas 1,6% e queda real de 5,4% em relação a este ano.

Se desejar evitar cortes de gastos logo no primeiro ano do mandato, o futuro presidente terá que negociar com o Congresso novas receitas. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, já anunciou que uma das providências que este governo tomará, já em entendimento com o

próximo, será a manutenção da alíquota máxima do Imposto de Renda de 27,5% (que pela lei cairia para 25% em janeiro). Mas a iniciativa rende apenas R\$ 1,7 bilhão líquidos para a União. É pouco se comparado com o que será perdido. Apenas com as receitas extraordinárias a União arrecadou, este ano, cerca de 1% do PIB. Elas não se repetem e a alternativa, colocada no orçamento que tramita no Congresso, é passar a tesoura nas despesas.

Tal como está a proposta, os investimentos públicos em 2003 (excluindo educação e saúde) terão queda real de 10,6%. Na educação, a redução é de 3,05% e na saúde, de 5,5%. A iniciativa de cortar gastos sociais é inédita no governo FHC e caberá ao novo governo arregançar as mangas e ainda nos dois meses que restam do ano tentar recuperar fontes de arrecadação, tendo em vista o princípio da anualidade.

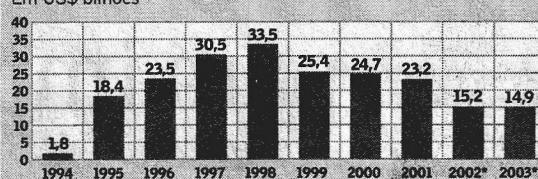
A desvalorização da taxa de câmbio do primeiro semestre para cá já contaminou as projeções de 2003 e levou o governo a estabelecer como nova meta uma variação de 5% para o IPCA do próximo ano, 1 ponto percentual acima dos 4% de meta central decidida em junho. Em tese, a diferença entre a projeção de IPCA de 4,5% em 2003 e a nova meta de 5% representaria espaço para o Comitê de Política Monetária (Copom) retomar as decisões de queda da taxa de juros básicos ainda neste ano. Novamente, o fator determinante nesse caso é a taxa de câmbio. Se ela voltar para a casa dos R\$ 3,20 após a definição das eleições, esse espaço para baixar a taxa Selic se confirmaria. Caso contrário, não.

Herança complicada

Déficit externo diminuiu, mas país precisa manter rigidez fiscal

Déficit em Conta Corrente

Em US\$ bilhões



Fonte: Banco Central e Valor Pesquisa Econômica

* Acumulado em 12 meses até agosto **Expectativa do Mercado segundo o Banco Central (27/09/02)

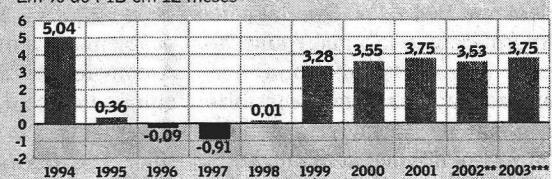
O Brasil cresceu, em média, 2,3% ao ano nos oito anos de governo FHC ⁽¹⁾

O programa do PT vai perseguir crescimento médio anual de 5% a partir de 2004

(1) Inclui projeção de 1,4% para 2002

Resultado Fiscal Primário

Em % do PIB em 12 meses *



Fonte: Banco Central e Valor Pesquisa Econômica * Com desvalorização cambial.

** Até agosto*** Expectativa do Mercado segundo o Banco Central (27/09/02). Obs.: (-) déficit